

Repressão e resistência: Ditadura Militar e lutas sociais no campo fluminense (1964-1985)

Marcus Dezemone*

Divisor de águas na história do Brasil, o golpe de 1964 é também considerado o marco do refluxo das lutas populares no mundo rural brasileiro. Isto se deve, em grande medida, à repressão desencadeada com o fechamento das Ligas Camponesas (1955-1964) e a perseguição de suas lideranças. Como boa parte da historiografia nacional considera as ações das Ligas a principal referência e modelo de mobilização camponesa até o advento do MST em 1984, o estudo das lutas sociais no campo durante o período militar foi menos valorizado quando comparado à atenção dispensada aos anos que antecederam ao golpe.

Teria igualmente contribuído para o menor investimento acadêmico a reduzida quantidade de ações com visibilidade após 1964, deixando registros nos meios de comunicação, chamando atenção para o campo. No entanto, a menor quantidade de registros não extinguiu as causas de conflitos rurais, principalmente, a secular concentração fundiária. Assim, os setores camponeses redefiniram suas estratégias de ação, procurando resistir, abrindo e explorando estreitas brechas no regime autoritário que perduraria até os anos 1980.

O objetivo desse artigo é acompanhar as estratégias de lutas desenvolvidas por trabalhadores rurais, aliados a outros setores populares num quadro adverso para os movimentos sociais, estabelecido durante a Ditadura Militar (1964-1985). Para tal, acompanha a trajetória de conflitos que ocorreram no campo fluminense, a partir da região serrana do estado do Rio de Janeiro. As lutas e as resistências dos trabalhadores rurais empreendidas durante a Ditadura resultaram na permanência na terra mesmo diante das ameaças constantes de expulsão. Isto se mostrou fundamental, dentre outros casos, para a desapropriação para fins de reforma agrária da antiga fazenda cafeeira Santo Inácio, em 1987, localizada no município de Trajano de Moraes. Esse caso ganha destaque quando se constata que a propriedade da fazenda era de um general do Exército, com estreitas ligações com a cúpula do regime.¹

*Doutor em História pelo PPGH-UFF. Laboratório de Estudos Marxismo e Educação – LEME/ Faetec. Professor do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro e do Colégio Pedro II. dezemone@gmail.com

¹A trajetória de conflitos na fazenda Santo Inácio foi tema da tese de doutorado cujo material empírico e conclusões do capítulo 3 foram extraídas para esse artigo. DEZEMONE, Marcus. *Do cativeiro à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2008.

Trabalhadores rurais, comunistas e ferroviários

Em 1969, o delegado Columbano, de Trajano de Moraes, escolheu um título curioso para seu relatório apresentado ao Departamento de Polícia Política e Social (DPPS): *A rota da subversão*. O documento aludia às condições geográficas de Trajano que “*é uma região montanhosa que facilita a luta de guerrilhas*.” Além do mais, dela, para o delegado, pode-se atingir várias localidades próximas, inclusive o estado de Minas Gerais e o mar através das “*praias desertas*” de Macaé. Os vários municípios que poderiam ser alcançados pelas matas a partir de Trajano seriam a “*rota*”. O município serrano teria ainda a hidrelétrica de Tapera que “*fornece energia elétrica a todo norte do estado*” e que, em razão disso, tornaria o tema da “*irradiação da subversão*” relevante, “*interessando por isso mesmo a Segurança Nacional*.” Para o delegado, a chegada do militante comunista Julio Joaquim de Oliveira no começo dos anos 1960 estaria relacionada ao começo do fim da “*harmonia*” que imperava na região.

Há no relatório a apresentação de uma “*ameaça*” forçadamente inflada para justificar e legitimar recursos para debelá-la. O delegado Columbano queria mais homens, armas e sistema de comunicação, todos descritos como muito precários e insuficientes. Mas a partir desse documento, é possível compreender um pouco das conexões que se estabeleceram entre diferentes atores políticos no campo fluminense, antes e depois do golpe. Nele, sabe-se que o “*município nos idos de 1963/64 foi palco de grande agitação no meio rural, agitação esta promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais*.”²

O periódico do PCB *Novos Rumos* revelou, em 1959, que já havia presença comunista em Trajano ao lado de militantes católicos. O título era “*Com a ajuda dos operários os lavradores preparam sua conferência*”. Na matéria, dentre os lavradores que haviam se reunido constam os “*das fazendas Cantagalo e Rio das Ostras (...) Movimentam-se os lavradores de Macaé, Valença, A. dos Reis, Vassouras, Trajano de Moraes e outras localidades para trazerem suas representações à Conferência Estadual*.”³

Nessa mesma época, um dos mais importantes líderes locais, Álvaro Pereira da Silva, então colono da

²APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, “A rota da subversão”, prontuário n. 33.634, pp. 160-161.

³*Novos Rumos*, 21/08/1959, p. 5.

fazenda Santo Inácio, conhecido como Álvaro Roldão, foi duas vezes preso: a primeira, em outubro de 1958; a segunda, em fevereiro de 1959. Em ambas as ocasiões o motivo foi o mesmo: “*subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo;*” e “*Reorganizar ou tentar reorganizar, de fato ou de direito, pondo logo em funcionamento efetivo, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por força de disposição legal ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso.*”⁴ Roldão havia se envolvido com o “Partidão”, declarado ilegal em 1947.

Houve ainda outro grupo contribuindo para a mobilização dos trabalhadores rurais: o Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, um dos mais freqüentes protagonistas de greves no período 1946-1964.⁵ Em *Novos Rumos* de 21 e julho de 1961, a principal notícia daquela edição foi a “*Política de Jânio ameaça marítimos e Ferroviários com desemprego em massa*”. Ali se avisava que “*a Rede Ferroviária Federal, enquadrada no plano de 'austeridade' pretende extinguir algumas empresas ferroviárias e inúmeros ramais considerados deficitários.*” Na página seguinte, com destaque, se afirmava que “*a tarefa dos Ferroviários é a de procurar mobilizar imediatamente as massas camponesas e as populações ameaçadas para a luta contra a extinção das ferrovias e dos ramais, fazendo de tudo para que medida tão prejudicial ao povo não venha a ser concretizada*”.⁶

Em diversas matérias de *Novos Rumos* nota-se que as articulações entre comunistas, ferroviários e trabalhadores rurais tornaram-se freqüentes. A publicação trouxe na íntegra a portaria de Sindicalização Rural e as freqüentes reportagens que a apregoavam indicam que o Partido Comunista tinha real interesse em figurar à frente das lutas.⁷ Os deputados eleitos pela legenda do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), mas ligados ao clandestino Partidão, como Adão Pereira Nunes e Afonso Celso Nogueira Monteiro, apoiaram inúmeros enfrentamentos contra as expulsões da terra, da Baixada Fluminense até Campos. Neste último município, “*a vitória dos camponeses sobre os grileiros*”, contou com o líder ferroviário Batistinha.⁸ A desapropriação da fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeira de Macacu, a ocupação de terras devolutas em Paracambi, acompanhada da resistência a despejos em Magé e Capivari, são alguns dos exemplos.⁹ As mobilizações se multiplicam, com a maioria dos

conflitos, sem dúvida, ocorrendo na Baixada Fluminense.¹⁰ Fora dessa região, o eixo Baixada-Campos era o território privilegiado das disputas.¹¹ O que há em comum em todos esses casos e que as vitórias coincidem com estações da Estrada de Ferro Leopoldina.

Para o delegado Columbano, o processo de sindicalização rural, na articulação entre comunistas, ferroviários e camponeses, o “*desrespeito às autoridades e aos fazendeiros*” era a “subversão” instalada em Trajano de Moraes em 1963 e 1964. O que ele não percebeu é que a verdadeira “rota” não passava pelas matas fechadas da serra ou áreas desabitadas, mas pelos trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina.

Repressão, extinção da ferrovia e expulsão da terra

As manifestações e reivindicações pela permanência ou pelo acesso à terra foram fortemente reprimidas após o golpe de 1964. As forças populares no campo fluminense foram perseguidas e retiradas de cena. No entendimento do regime, a índole ordeira do campesinato – verdadeira essência da alma camponesa – era perturbada pela infiltração comunista, num único tom “vermelho”, sem perceber propostas conflitantes, suas nuances, diferenças de concepções em jogo. As mobilizações precisavam ser freadas. É nessa ótica que se entende a repressão combinada com o atendimento parcial de demandas, que criava o Estatuto da Terra, a lei 4504, de 30 de novembro de 1964.¹²

A articulação entre trabalhadores rurais, ferroviários e comunistas foi interrompida pelo golpe de 1964, quando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi fechado e suas lideranças presas. O delegado Columbano no seu relatório disse que “*na época da revolução foram indiciados em processos de subversão, os seguintes elementos Julio Joaquim de Oliveira (Julião), Joaquim Moreira Mattos; Álvaro Pereira da Silva (Roldão); e Teófilo Marques (Tozinho).*” Além desses, o delegado menciona uma extensa lista de “*elementos que na mesma ocasião foram detidos para averiguação*”.

As prisões após o golpe vieram acompanhadas de outras medidas que atingiram diretamente o cotidiano dos trabalhadores rurais como a extinção do ramal ferroviário que passava pela região. O Programa de Extinção dos chamados “*ramais antieconômicos*” foi desenvolvido pelo governo de 1955 a 1977. Para que se tenha uma idéia da sua intensidade, somente no período de 1961-1970 a malha ferroviária nacional foi reduzida a 17,6% do que possuía em 1960.¹³

⁴APERJ, Fundo “Polícias Políticas no Rio de Janeiro”, Prontuário de Álvaro Pereira da Silva, n. 34.129, f. 2.

⁵Sobre a ação do Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, sobretudo na Greve da Paridade em 1960 e na Greve da Legalidade pela posse de João Goulart em 1961 ver MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003, em especial capítulo IV, pp. 139-148.

⁶*Novos Rumos*, 21/07/1961, p. 1 e 2.

⁷*Novos Rumos*, 30/11/1962, e diversos números entre fevereiro e março de 1963.

⁸*Novos Rumos*, 19/04/63, p. 7.

⁹Respectivamente as edições de *Novos Rumos* de 1º/02/63, p. 7;; 26/04/63, p. 6; 07/06/63, p. 6; e 28/06/63, p. 7.

¹⁰Ver GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*, Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1987, Vol. 2, pp. 247-248.

¹¹Ver ainda o levantamento feito por ALENTEJANO, Paulo. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 2003.

¹²BRUNO, Regina. “O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 5, 1995.

Apesar do ramal da ferrovia ser oficialmente qualificado como “antieconômico” e seu transporte “ineficiente”, a “retirada dos trilhos” não produziu somente o desemprego de seus funcionários, com desativação em maio de 1967. Além da desmobilização de um dos mais ativos sindicatos antes do golpe, a extinção do ramal levou os colonos da região à perda de um meio que permitia a comercialização direta da produção. A proposta do governo consistia em substituir a estrada de ferro por rodovias, cujos efeitos na região serrana foram sintetizados pela historiadora Maria do Carmo Pereira Galvão:

Geradas pela cafeicultura e articuladas ao porto pela ferrovia, aquelas áreas “perderam seu chão” ao serem erradicadas, nos anos sessenta, os ramais ferroviários antieconômicos que as mantinham ainda vivas. A decadência cafeeira não justificava, por sua vez, a implantação de rodovias substitutivas à linha férrea, explicando-se dessa forma, num esquema de acessibilidade rodoviária. Resulta a emergência desses bolsões depressionários, constituídos por municípios tais como Rio Claro, na porção ocidental do Estado; Rio das Flores, no Médio Paraíba; Trajano de Moraes e Santa Maria Madalena, na Zona serrana oriental; Cambuci e Porciúncula no Noroeste do Estado.¹⁴

O funcionamento da ferrovia permitia a compra de produtos e o escoamento da produção, tanto dos fazendeiros quanto dos colonos, que sofrem um duro golpe com a erradicação dos ramais pelo governo. Elemento presente desde a construção das relações de colonato no final do século XIX, a ferrovia ajudou na travessia das crises, sendo indispensável para os trabalhadores rurais.

O golpe e a prisão de lideranças, a extinção da ferrovia, e o declínio acentuado do café parecem ter impulsionado os proprietários da região a empreenderem, de forma mais incisiva, a substituição da produção cafeeira pela pecuária extensiva. Mas a colocação do 'gado na roça' não foi exclusividade da região serrana fluminense. A atividade cafeeira no Brasil no início da década de 1960 atravessava uma superprodução que teve como consequência a queda dos preços do café. Em resposta, o governo federal desenvolveu o Programa de Erradicação de Cafeeiros que estimulou fazendeiros a destruírem cafezais entre 1962 e 1967. A expectativa era de que a diminuição da oferta recuperasse os preços ao mesmo tempo em que ajudaria

na conversão dos produtores rurais para outras atividades econômicas mais rentáveis. O programa foi diretamente responsável pela redução de 1,4 bilhões de cafeeiros, mesmo com duas suspensões, uma em fins de 1963, devido a geadas no Paraná, e outra, de 1964 a 1965, em consequência da crise política. Outros 600 milhões de cafeeiros foram eliminados no período espontaneamente pelos fazendeiros, na maioria das vezes, através da substituição dos cafezais pelas pastagens direcionadas à pecuária extensiva.¹⁵

A produção de café no estado do Rio de Janeiro correspondia, no período, a menos de 1% do total nacional. Muitos fazendeiros fluminenses que se dedicavam ao cultivo do café optaram por trocá-lo pela pecuária. Segundo Leonilde Medeiros e Sérgio Leite a passagem dos cafezais a pastagens foi amplamente difundida nas grandes fazendas do estado, desde a década de 1930, diante dos efeitos da crise de 1929. Dentre outros propósitos, os grandes fazendeiros pretendiam assegurar a legitimidade da posse de vastas extensões de terra.¹⁶ Em Trajano de Moraes, a produção de café diminuiu de 1561 toneladas em 1950 para apenas 248 toneladas em 1970. Quanto à ocupação das terras, nota-se que a pecuária usava 45% das áreas agricultáveis em 1960 contra 17% dedicados à lavoura; em 1970, este percentual seria alterado para 58% contra apenas 9% de áreas de lavoura.¹⁷

Entre os desdobramentos da expansão da criação bovina diante das lavouras, Diógenes Pinheiro destacou a desagregação das relações de colonato, devido à grande quantidade de trabalhadores rurais que não foram absorvidos como mão-de-obra na pecuária.¹⁸ Combinados, o fim da ferrovia e o avanço da pecuária reduziram a população do município, que em 1960 era de 15.821, para em 1970 chegar a 12.738 habitantes, num recuo de 19%, a maior queda percentual na série no século XX, atestando a intensidade do processo. A variável do crescimento da população residente no município foi a pior da região com 2,14% negativos, índice próximo ao dos municípios vizinhos, que atravessavam os mesmos problemas.¹⁹ Os antigos colonos, desocupados em consequência da substituição dos cafezais pela pecuária, não mais conseguiam abrigo em outras fazendas, que também reduziam a necessidade de trabalhadores em virtude da criação bovina. O êxodo rural foi alarmante.

¹³ DOURADO, Anísio Brasileiro de F. “Aspectos sócio-econômicos da expansão e decadência das ferrovias no Brasil.” *Ciência e Cultura*. São Paulo, v.36, n. 5, p. 734, maio de 1984. Apud. PAULA, Dilma Andrade de. *Fim de Linha: a extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina, 1955-1974*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF/PPGH, 2000, p. 127, trabalho que é referência sobre o programa de extinção dos ramais da Estrada de Ferro Leopoldina.

¹⁴ GALVÃO, Maria do Carmo Pereira. *Contradições e ajustes de um espaço desigual*. Revista do Rio de Janeiro, Niterói-RJ, v.1, n.3, p. 95-109, 1986, pp. 101-102. Apud PAULA, Dilma Andrade de. *Fim de Linha: a extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina, 1955-1974*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF/PPGH, 2000, p. 258.

¹⁵ BACHA, Edmar. *150 anos de café*. Rio de Janeiro: Marcellino Martins/ Johnson Exportadores, 1992, pp.78-82.

¹⁶ LEITE, Sérgio e MEDEIROS, Leonilde. “Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro”. In LEITE, Sérgio e MEDEIROS, Leonilde. (Org.). *A formação dos Assentamentos rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas*. Porto Alegre: UFRGS e UFRRJ/CPDA, 1998, pp. 117-160.

¹⁷ Censos agropecuários do IBGE, 1950, 1960, 1970.

¹⁸ PINHEIRO, Diógenes. Sindicatos e Associações em Trajano de Moraes, Rio de Janeiro: um estudo sobre a diferenciação da representação política dos pequenos produtores nos anos 80. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1993.

¹⁹ Dados do CIDE, Taxa de crescimento da população residente segundo as regiões de governo e município (1940-2000), 2004.

Comum nas fazendas da região, a colocação do gado para pastagem nas roças dos colonos os forçava a abandonarem as terras, aumentando as áreas dedicadas ao pasto e eliminando as plantações, provas materiais para pleitear pagamento de indenização. Mas esse movimento não foi isento de implicações para os proprietários. Ao expulsarem da terra os trabalhadores, eles, de forma não prevista, minavam suas próprias bases de sustentação e clientela política. Ajudaram, com a substituição dos cafezais e a saída da mão-de-obra, desde a década de 1930, a agravarem seu declínio político, eliminando aos poucos seus currais eleitorais.²⁰

Ao contrário do que parecia ser a regra na época, a atitude feita geralmente a mando ou em nome dos fazendeiros não foi aceita na fazenda Santo Inácio em 1969. Diversas fontes atestam que os animais foram expulsos das áreas de cultivo dos colonos e colocados fora dos limites da propriedade. A reação dos colonos ao expulsarem o gado teria surpreendido o proprietário. Nas palavras do General, proprietário da fazenda, à época Coronel:

Eu cheguei lá, nunca pensei que aquele pessoal lá tivesse com tanta agressividade que eles estavam. Vieram para cima de mim, eu achei ruim com eles: “- então vamos para a polícia”. Ai fomos todos para a polícia, porque eles pegaram o meu gado e botaram na estrada. Ai fomos para a polícia, veio reforço de Macaé [do Forte do Exército em Macaé].²¹

A ação policial combinada com as forças do Exército resultou na prisão de alguns colonos, além do envio de dois deles para o DPPS – João Peçanha, o João da Mira e Manoel Fortunato.²² Sr. Roldão realça seu papel no processo de resistência à invasão da lavoura, dando a seguinte 'orientação' aos colonos: “*corta tudo [a cerca] e bota o gado na rua, não deixa comer, esse gado comer lavoura de vocês, que vocês vão ficar sem nada. Vocês têm que enfrentar deixa vir o que vier.*” É possível perceber no testemunho da liderança camponesa outros elementos que auxiliaram na resistência: “*Ai eu fui, tinha que avisar a Federação, doutor Acácio, que era um escuro, que morava em Brasília, que vivia muito aqui. Era um camarada bom à beça. Deu a maior força.*”²³

O relato registra a “maior força” do “doutor Acácio” da “Federação” que teria sido avisada por Roldão. Acácio Fernandes dos Santos ao contrário do que

a qualificação de doutor sugere não era advogado. Ele foi presidente da FETAG-RJ (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro), prevista pelo Estatuto do Trabalhador Rural de 1963. Sua intervenção ajudou a ligar o conflito local à esfera estadual e até mesmo nacional, devido às conexões com a CONTAG (Confederação Nacional da Agricultura), com sede em Brasília, também criada pelo Estatuto de 1963. Acácio foi presidente da FETAG e diretor da CONTAG e de fato, como disse Roldão, “*vivia muito*” em Trajano.

'Vivia' tanto em Trajano, que em 22 de agosto de 1968, Acácio Fernandes dos Santos, na condição de presidente da FETAG, participou, segundo a polícia, de um “*comício sobre ruralismo*” realizado no município serrano. Naquela ocasião, Roldão foi mais uma vez preso, desta vez quando transportava panfletos convidando os trabalhadores rurais para a “*grande reunião*” que aconteceria na praça principal da cidade. O material apreendido não aparentava possuir nada que possa qualificá-lo como “*subversivo*”, apenas convidava para a exibição de vídeos antigos, conforme conclusão posterior, em relatório do DPPS de Niterói. No seu depoimento à polícia, o colono da fazenda Santo Inácio afirmou que “*não sabia nem ler nem escrever*” e que “*não era comunista*” e, desde 1964, “*nunca mais esteve envolvido com negócio de sindicato*”. Teria falado ainda que “*recebeu o material de Jorcílio de Souza*”, desconhecido, segundo consta no depoimento e não tinha idéia do conteúdo.²⁴ Esse episódio teria motivado o delegado Columbano, responsável pela prisão e interrogatório, a enviar, no ano seguinte, o relatório “A rota da subversão” ao DPPS de Niterói. Ele havia constatado que no “comício” participaram “*elementos que estiveram envolvidos com Julião [Júlio de Oliveira] e indiciados em processos de subversão, tais como Siqueira e Jorcelino de Souza, de Conceição de Macabu, e Roldão, de Trajano de Moraes.*” O delegado imediatamente fez menção a “*elementos*” de “*Glycério, distrito de Macaé*” que “*possui forte contingente de antigos empregados da Estrada de Ferro Leopoldina*” que estiveram no comício.²⁵

O que estava acontecendo na região serrana em 1968, numa conjuntura nacional marcada pelo aumento das oposições ao regime, era uma tentativa de reorganização informal do movimento sindical, aproveitando-se das redes estabelecidas no pré-1964, ao que parece, para resistir às expulsões, através das conexões entre Álvaro Roldão, ex-ferroviários e Acácio. Isto levou a FETAG a Trajano de Moraes, na virada da década de 1960 para 1970, coincidindo com o início do ápice da repressão do regime militar, inaugurado em 13 de dezembro de 1968, com o Ato Institucional n.º 5.²⁶

²⁴APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, prontuários, Acácio Fernandes dos Santos, n. 33.634, p. 57.

²⁵APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, “A rota da subversão”, prontuário n. 33.634, pp. 160-161.

²⁶O AI-5 autorizava o presidente a fechar o Congresso Nacional; restabelecia a cassação de mandatos eletivos, a suspensão de direitos políticos; cerceava o *habeas corpus*; assegurava a incomunicabilidade de presos por 10 dias; e tinha prazo indeterminado, dentre outras medidas atentatórias aos direitos civis e políticos.

²⁰DEZEMONE, Marcus. Memória Camponesa: conflitos e identidades em terras de café (1888-1987). Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes – RJ. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2004.

²¹A entrevista do general José Antonio Barbosa de Moraes foi concedida em 25/05/2001 a Elizabeth Linhares (60 min.). Está arquivada no CPDA-UFRJ, pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”.

²²Na documentação consultada na Polícia Política somente foi encontrado o prontuário de João Cândido Peçanha, enquanto não havia nenhum tipo de referência a Manoel Fortunato. APERJ, fundo Polícia Política no Rio de Janeiro, Fichários e Prontuários.

²³A entrevista de Álvaro Pereira da Silva foi realizada em 09/09/2001 por Afrânio Garcia e Marcus Dezemone (150 min.). Está disponível no CPDA-UFRJ, pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”.

A repressão pós 1968 acompanhava de perto a FETAG, que passou a ser bem monitorada, como revela uma correspondência que consta nos arquivos da Polícia Política e ao que parece, foi entregue por um informante não identificado. No documento, com nome e assinatura de Acácio, datado de fevereiro de 1969, o líder camponês escrevia aos dirigentes dos sindicatos no campo fluminense, convocando-os para uma reunião no mês seguinte, que pelos termos do AI-5, estaria proibida. Afirmando que *“estamos fiscalizados por forças contrárias ao nosso Movimento de Federações e sindicatos, que querem nos amesquinhar e destruir completamente”*, para o autor da missiva:

Existem elementos contrários que estão fazendo tudo para infiltrar-se nas federações e sindicatos a fim de provocarem agitações e tentarem comprometer nosso sagrado movimento! E ainda essas mesmas pessoas que aqui já tivemos comprovado um caso, estão deturpando ou dizemos o fazemos, informando os serviços e outros órgãos, coisas que não existem realmente para provocar o fechamento dos nossos organismos.

As instruções seguintes eram claras: “o presente documento deverá ser inutilizado depois de lido e compreendido, para que esta luta fique a mais reservada possível, pois temos que ter muito cuidado com a milicada que anda solta por aí.”²⁷

O DPPS de Niterói solicitou um exame grafotécnico a fim de confirmar se a assinatura da carta era mesmo de Acácio, tendo o laudo afirmado que diferia daquela que constava nos registros de identificação, portanto, falsa. Pode ser que o presidente da FETAG desconfiasse da “infiltração”, e enviou a carta para confirmá-la, de modo a não se incriminar. O fato é que o responsável pela sindicância, Oscar de Lima e Cirne Filho, o delegado do DPPS de Niterói, que também foi designado para averiguar a “rota da subversão”, escreveu em seu relatório final de 11 de dezembro de 1969 que “Acácio costuma comunicar a esta Delegacia a instalação dos Sindicatos, que lhe estão afetos, nos diferentes municípios.” E “a permanência do referido Acácio na presidência da Confederação [Federação] até a presente data leva-nos a crer que o mesmo não esteja envolvido em subversão, salvo prova em contrário.”²⁸ Os documentos encontrados na Polícia Política demonstram quanto e como ela acompanhou de perto as ações no campo.

As preocupações de Acácio não eram infundadas. Em 16 de maio de 1969, o jornal fluminense a Gazeta do Povo estampou a seguinte manchete: “Inquérito ou intervenção para desmascarar “donos” da FETAG”. A medida extrema, segundo o periódico, se justificaria devido às “denúncias comprovadas” de corrupção e subversão envolvendo a Federação, mencionando dentre outras provas o comício ocorrido em Trajano de Moraes em agosto de 1968, junto da apreensão

“em flagrante” pelo delegado Columbano que “interceptou material considerado subversivo” e que até aquela data não teriam sido apuradas.²⁹ Isso revela que proprietários de terras e delegados locais se articulavam para criar condições de intervenção na FETAG.

Nas brechas do regime

Foi no momento considerado como ápice do regime militar – repressão à luta armada e crescimento econômico com o “milagre” (1968-1973) – que pequenas margens foram exploradas pela atuação dos movimentos rurais. A extensão da previdência rural com o Pro-Rural aprovado em 1971 e regulamentado no ano seguinte, levou a reabertura dos sindicatos rurais fechados em 1964, pois aqueles seriam responsáveis por promovê-la.³⁰ Apesar de gerar esquemas clientelísticos explorados por muitas lideranças sindicais, a reabertura dos sindicatos teve como parte de seus desdobramentos não previstos pelo regime a reorganização do movimento camponês.

O problema é que a reativação do sindicalismo rural trazia o risco de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, o que representaria a intervenção dos órgãos de repressão militar – como tentará o delegado Columbano ao apresentar seu relatório ao DPPS. A fim de evitar que isso acontecesse, a FETAG e a CONTAG enviaram inúmeras cartas e relatórios endereçados às autoridades do regime, descrevendo os conflitos, procurando afastá-los de qualquer relação com a política e a segurança nacional, tornando-os, aparentemente, simples questões judiciais. No caso da fazenda Santo Inácio, a lista de autoridades que receberam o relatório da CONTAG em 1971 era extensa e formada pelo o Ministro do Trabalho e Previdência Social Prof. Júlio Barata; o Ministro da Agricultura Dr. Luiz Fernando Cirne Lima; o Major Saraíba no Ministério da Guerra – I Exército, e o titular Orlando Geisel; o Presidente do INCRA, José Francisco de Moura Cavalcante e o Presidente da República general Emílio Garrastazú Médici.³¹

As correspondências trocadas entre o Sindicato local, em processo de reabertura, e as entidades representativas, permitem perceber como ocorreu a luta efetiva nesse período. As resistências contra as expulsões se deram, no contexto repressivo, através da protelação da expulsão da terra recorrendo-se ao Poder Judiciário com ações que se arrastaram por anos. Isso obrigava os proprietários a seguirem a via do Judiciário – inclusive para um membro de alta patente das Forças Armadas, como foi o caso em Trajano de Moraes –, mesmo num período de restrições democráticas.³² Isto revela uma visão do Direito que não se restringe a mero instrumento

²⁹ *Gazeta do Povo*, 16/05/1969.

³⁰ GARCIA, Nicole Régine. Prorural: o início da previdência rural no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso. Niterói: UFF, 2007; e BARBOSA, Rômulo Soares. Entre Igualdade e Diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil. Tese de Doutorado. Seropédica-RJ: CPDA-UFRRJ, 2007, pp. 98-112.

³¹ CONTAG encaminha documentos da FETAG-RJ e solicita providências. 24/03/1971, FETAG-RJ.

²⁷ APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, prontuários Acácio Fernandes dos Santos, n. 33.634, p. 51.

²⁸ APERJ, Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, prontuário Acácio Fernandes dos Santos, n. 33.634.

de dominação, mas como uma arma que pode ser manuseada pelos grupos subordinados, tal como já havia sido salientado pelos trabalhos de Edward Palmer Thompson.³³

A estratégia formulada pela FETAG se somava a uma levada a cabo pelos próprios trabalhadores rurais: a intensificação do plantio da banana, produto excluído das negociações do colonato e que, em conformidade com o Código Civil vigente era considerado bem de raiz. Assim, diante do risco ou tentativa de expulsão da terra, a assessoria jurídica da FETAG ingressava com ações judiciais pleiteando indenizações, o que reduziu as expulsões com a colocação do gado nas pastagens, visto que os proprietários não tinham os recursos necessários para pagarem os colonos. Para que se tenha uma idéia do aumento no cultivo da banana, em 1950 a produção do município correspondia a 121.718 cachos, saltando para 570.433 em 1970, num aumento de mais de 460%.³⁴ Tem-se aqui o que James Scott chamou de “formas de resistência cotidiana”, pequenos atos do dia-a-dia que minam a dominação tradicional, que para além da sua dimensão econômica, atingem os fazendeiros.³⁵

Mas o pagamento de indenizações não resolveria a questão principal: a permanência na terra. Daí, as entidades mais uma vez modificaram sua estratégia durante a abertura política promovida pelo governo Geisel (1974-1979): a imposição de uma imagem pública dos colonos e demais trabalhadores rurais como ‘posseiros’. Isto significava a retirada do reconhecimento da condição de proprietário, colocando em dúvida a legitimidade dos fazendeiros sobre a terra.³⁶

O caso da fazenda Santo Inácio foi exemplar dessa estratégia que teve como principal desdobramento a permanência dos trabalhadores rurais na terra. Já nos anos 1980, as entidades souberam se aproveitar da passagem de um governo militar para o civil para pleitear a desapropriação da fazenda. Manifestações públicas voltaram a acontecer, conferindo nova visibilidade ao tema. Assim noticiou a Revista *Isto É*, em 1987, sobre as pressões contrárias à desapropriação do imóvel:

O General Moraes nega os conflitos [na Santo Inácio] e reclama da falta de apoio para evitar a desapropriação. “Eu fui a Brasília, mas

ninguém fez nada”, lamenta. Vice-presidente do Clube Militar, Moraes procurou se valer de suas amizades com o ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, e o ministro chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes. Tudo foi em vão. Nem mesmo as promessas que teriam sido feitas pelo próprio presidente José Sarney, de que o processo de desapropriação seria suspenso, surtiram efeito. “O INCRA passou por cima de todos”, lastima. O diretor [superintendente] regional do INCRA no Estado do Rio, Agostinho Guerreiro, admite ter havido “pressões violentas”. Mas o processo – garante ele – caminhou rapidamente porque tudo estava a favor dos posseiros: “A terra tinha conflitos muito antigos, era subtilizada, quase abandonada e as tentativas de expulsão de colonos prosseguiram.”³⁷

Considerações Finais

Se bem examinado, o período difícil para lutas e mobilizações mais abertas permitiria entender como entidades sindicais atuavam no campo fluminense diante da vigilância, com casos de informantes infiltrados e elevados riscos impostos pelo agravamento do autoritarismo.

As margens de ação política para o sindicalismo rural fluminense foram sensivelmente estreitadas após o AI-5. Isso não quer dizer que a repressão fosse branda de 1964 a 1968, e muito menos que inexistisse antes do golpe, mas pelo exame da documentação, constata-se que ela se intensifica. Exemplifica isso a atenção sobre a FETAG e a apresentação dos conflitos pelo delegado Columbano como “questão de segurança nacional”, casos de “subversão”, valendo-se das condições gerais da época.

O comício e a apreensão de panfletos que aconteceram em agosto de 1968, só foram transformados no relatório “A rota da subversão”, enviado ao DPPS, depois do AI-5, em fevereiro de 1969. Naquele momento as expulsões de trabalhadores rurais através da colocação do gado para pastar nas lavouras haviam aumentado. E junto com essa prática, os casos de resistência às expulsões. Apesar da desqualificação das teses do autor do relatório, que poderia levar ao enquadramento na Lei de Segurança Nacional, a ameaça não estava afastada e as lideranças camponesas não tinham como saber do resultado dela.

Mesmo num regime ditatorial, a capacidade de luta dos trabalhadores rurais se adaptou ao contexto adverso. Ainda que as mobilizações tenham diminuído drasticamente, as resistências cotidianas e as estratégias das entidades permitiram aos envolvidos lutarem e se aproveitarem de processos cujo controle os escapava, operando em circunstâncias que lhes eram desfavoráveis. Dessa maneira, lograram êxito em atender a principal luta que para eles estava em jogo: o acesso à terra para os que nela trabalham.

³² Sentença Judicial da Comarca de Trajano de Moraes proferida pelo magistrado Milton Fernandes de Souza em 18 de maio de 1984. Arquivo do INCRA-RJ.

³³ Veja-se, por exemplo, THOMPSON, Edward. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

³⁴ Censos agropecuários do IBGE, 1950, 1960, 1970.

³⁵ SCOTT, James. *The Moral Economy of the peasant: rebellion and subsistence in South-east Asia*. New haven: 1976; e SCOTT, James. “Everyday forms of peasant resistance”. In *Journal of Peasant Studies*, volume 13, number 2, January, 1986, pp.5-35. Scott inspirou-se diretamente na contribuição de Edward Palmer Thompson.

³⁶ Ver, por exemplo, a relação de conflitos fundiários no Rio de Janeiro apresentadas por ALENTEJANO, Paulo. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, 2003. Isso é notado por aqueles que manuseiam documentos da FETAG: BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. *Ação Sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Seropédica-RJ: CPDA-UFRRJ, 2008.

³⁷ Grifos do autor. Revista *Isto É*, em 29/07/1987, pp. 26-27.